



VIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL

PROCESSO DE GOVERNAÇÃO

MINISTÉRIO DO
PLANEAMENTO
E INVESTIMENTO
ESTRATÉGICO

22 de junho de 2018
a 22 de maio de 2020





**VIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL**

PROCESSO DE GOVERNAÇÃO

MINISTÉRIO DO
PLANEAMENTO
E INVESTIMENTO
ESTRATÉGICO

22 de junho de 2018
a 22 de maio de 2020

INDÍCE

Introdução	5
Administração transitória	6
Principais atividades gabinete do Ministro do Planejamento e Investimento Estratégico	8
Principais atividades da CNA – Comissão Nacional de Aprovisionamento	13
Principais atividades da ADN – Agência de Desenvolvimento Nacional	15
Principais atividades do SGP – Secretariado dos Grandes Projetos	20

INTRODUÇÃO

O relatório do mandato do Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro interino do Planeamento e Investimento Estratégico durante o VIII Governo Constitucional evidencia os principais objetivos alcançados e o impacto destes no progresso do país.

Enquanto Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico interino é responsável pela conceção, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas de promoção do desenvolvimento económico e social do país, através do planeamento estratégico e integrado e a racionalização dos recursos financeiros disponíveis, assumindo responsabilidades específicas sobre a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento, sobretudo no que se refere a infraestruturas e planeamento urbano, petróleo e minerais e planeamento e ordenamento do território. Tem ainda de responsabilidade de supervisionar a qualidade do trabalho e das atividades de execução de projetos físicos promovidos, desenvolvidos ou financiados pelo Fundo de Infraestruturas ou outros, cujos fins ou atribuições seja o de financiamento de projetos estratégicos plurianuais e pela Unidade de Parcerias Público Privadas do Ministério das Finanças.



ADMINISTRAÇÃO TRANSITÓRIA

Com a tomada de posse do novo Governo importou tratar, de imediato, da “passagem de pasta” dos ministérios do VII Governo Constitucional para os ministérios do atual Governo. Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 117.º da Constituição da República, o Primeiro-Ministro determinou, através do despacho n.º 001/PM/VI/2018, que ficassem na dependência do Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, a título transitório, os ministérios cujo ministro titular ainda não tivessem tomado posse, com a competência de assegurar a coordenação relativamente a esses setores de atividade, com o apoio dos Vice-Ministros e Secretários de Estado de cada um desses ministérios que já tomaram posse.

Os ministérios que ficaram, transitoriamente, através do despacho n.º 001/PM/VI/2018, na dependência do Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, foram os seguintes: Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, Ministério da Defesa, Ministério do Interior, Ministério do Petróleo e Minerais, Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional e Ministério da Saúde.

A coordenação transitória do Ministério da Saúde pelo Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros ficou revogada no dia 26 de junho 2018, através do despacho n.º 003/PM/VI/2018. Com este despacho o referido Ministério ficou, a

título transitório, sob a liderança da Vice-Ministra da Saúde, passando a assegurar a coordenação de todas as atividades do Ministério.

Com o despacho n.º13/PM/VIII/2018, ficaram delegadas no Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros os poderes e responsabilidades do Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, com faculdade de subdelegação, em razão da matéria, no Secretário de Estado da Formação Profissional, no Secretário de Estado de Cooperativas e no Secretário de Estado do Ambiente, os poderes de direção, superintendência e órgãos sob sua tutela.

Com a tomada de posse do Ministro da Defesa, a 9 de julho de 2018, ficou revogada coordenação transitória deste Ministério.

A 12 de julho de 2018, com o despacho n.º006/PM/VII/2018, ficou revogada a coordenação transitória do Ministério do Interior pelo Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, ficando o Ministro da Defesa com a responsabilidade de assegurar a direção, a superintendência e tutela dos serviços integrados no Ministério do Interior.

A 26 de outubro de 2018, com o despacho n.º020/PM/X/2018, ficou revogada a coordenação transitória do Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional pelo Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, ficando o Secretário de Estado para os Assuntos

dos Combatentes da Libertação Nacional com a responsabilidade de assegurar a direção, a superintendência e tutela dos serviços integrados deste Ministério.

A 12 de julho de 2019, com os despachos n.º027/PM/VII/2019 e n.º028/PM/VII/2019, ficou revogada a coordenação transitória do Gabinete do Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos e do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria pelo Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, ficando o Ministro da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares com a responsabilidade de assegurar a direção, a superintendência e tutela dos serviços integrados nos referidos Ministérios.

PRINCIPAIS ATIVIDADES GABINETE DO MINISTRO DO PLANEAMENTO E INVESTIMENTO ESTRATÉGICO

APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PRIVADO EXTERNO DE CARIZ ESTRATÉGICO

Acompanhamento de projetos estratégicos e elaboração de estudos e pareceres sobre áreas prioritárias de investimento

Ações realizadas

- Realização de uma visita oficial ao Ministério do Desenvolvimento e Planeamento Nacional (*Ministry of National Development Planning - BAPPENAS*) e ao Ministério das Obras Públicas da Indonésia, entre o dia 14 a 17 de janeiro, com o objetivo de estabelecer formas de cooperação entre o MPIE e o BAPENAS - Indonésia, no futuro.



- Participação em reunião técnica com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e o *Country Programming Mission (CPM)*, para apresentação do programa de cooperação entre o ADB e a República Democrática de Timor-Leste.
- Realização de uma sessão de consulta e recolha de dados sobre os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no setor das infraestruturas, entre

o Ministério das Obras Públicas e o MPIE, em conjunto com o Grupo de Trabalho dos ODS, no dia 12 de março e contou com a participação dos dirigentes de ambos os Ministérios.



- Participação nas reuniões de trabalho no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial para a requalificação e extensão do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato, cujo processo de finalização do Master Plan se encontra em curso.
- Participação no Fórum de Investimento entre Singapura e Timor-Leste, em Singapura.
- Análise e revisão da proposta de Decreto do Governo que visa regulamentar a execução do OGE 2019.
- Apoio ao MCAE e TradeInvest no âmbito do a proposta de Acordo Especial de Investimento com a *Pelican Paradise Group, Lda*.
- Apoio ao MCAE, no âmbito do Acordo de Parceria Público Privada para a construção do novo Porto de Tíbar - concessão de certificado de investidor à concessionária.

-
- Apoio ao MCAE, MPRM e ANPM no âmbito do Acordo de Parceria Público Privada para a construção do novo Porto de Tíbar - disponibilização de terrenos públicos para extração de inertes necessários à obra.
 - Apoio ao MCAE no âmbito do Acordo Especial de Investimento com a TL Cement - revisão do Acordo Parassocial, Estatutos da Sociedade.
 - Colaboração na conclusão dos procedimentos necessários para a abertura do "Aeroporto do Suai - Comandante das Falintil Xanana Gusmão" à aviação comercial.
 - Elaboração do projeto de Decreto-Lei que aprova a estrutura orgânica do Ministério, em coordenação com os vários serviços na dependência do MPIE.
 - Organização do evento *Anual Showcase SDG 16+*, em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que teve lugar em Timor-Leste de 11 a 14 de novembro, e cujo relatório se encontra em fase de finalização.
 - Realização de reunião com os operadores de telecomunicações Timor Telecom, Telemor e Telkomsel, no dia 15 de Novembro de 2019.
 - Participação na reunião com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD), sobre a implementação do Roteiro de Orçamentação por Programas (2017-2021).
 - Participação em reuniões mensais com o Grupo de trabalho Interministerial sobre a implementação projetos financiados por empréstimos.
 - Em colaboração com a União Europeia, foram concluídos dois estudos no setor de infraestruturas, nomeadamente sobre a priorização de investimento em infraestruturas e custos de investimento público - relatório final em fase de finalização.
 - Em colaboração com o Ministério das Finanças e com a União Europeia, foram concluídos os termos de referência do Banco de Investimento Europeu, relativamente ao projeto de preparação e implementação do programa cujo o objetivo principal é a identificação de projetos estratégicos para futuro financiamento pelo Banco de Investimento Europeu - o processo técnico encontra-se em fase de preparação entre o Banco Europeu de Investimento e o MPIE, para a avaliação de projetos através da seleção de firmas e consultores, que decorrerá entre do dia 8 a 29 de maio, bem como a finalização da seleção dos documentos e realização de entrevistas.
 - Realização de análises e pareceres técnicos solicitados pelo Ministro do Planeamento e Investimento, em exercício.
 - Revisão e preparação dos diplomas legais e regulamentares necessários para a ratificação do Tratado das Fronteiras Marítimas

entre Timor-Leste e a Austrália, bem como acompanhamento do procedimento legislativo até promulgação e publicação dos diplomas (3 propostas de lei, 3 projetos de decreto-lei e 2 resoluções de Conselho de Ministros);

- Realização de um workshop sobre o tema da “Plano e Orçamento Sensível ao Género”, com oradores da Secretaria de Estado para a Igualdade de Género, no dia 18 de outubro de 2019, no qual participaram 45 funcionários (22 mulheres e 23 homens).
- Receção, compilação e edição dos Relatórios de Desempenho Trimestrais e Anuais de 2018 e 2019, bem como dos Planos de Ação Anuais de 2018, 2019 e 2020, e posterior submissão à Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação do Gabinete do Primeiro-Ministro (UPMA).
- Coordenação com os restantes serviços do MPIE na elaboração dos Planos de Orçamento para 2018, 2019 e 2020, e posterior submissão ao Ministério das Finanças;



Resultados obtidos

- Até 2018, foi finalizado o draft final do Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), bem como elaborado e discutido o 1.º draft do Decreto-Lei de Instrumentos de Gestão Territorial, e uma versão atualizada do draft da Lei da Habitação e Alojamento.
- A cooperação entre o MPIE e o Ministério das Obras Públicas da Indonésia, continuará através da prestação de formação técnica aos engenheiros da ADN. Será assinado ainda, em breve, um acordo de cooperação bilateral entre o MPIE e o BAPPENAS, na área do planeamento estratégico.
- Participou-se no processo de Revisão Nacional Voluntária dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo relatório foi finalizado e aprovado em Conselho de Ministros.
- Apoiou-se MPRM, PCM e ANPM no âmbito da preparação da regulamentação necessária para a ratificação do Tratado das Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália, bem como acompanhamento do procedimento legislativo.
- Acompanharam-se os projetos de investimento estratégico, com vista à sua concretização, nomeadamente presidindo a Comissão Interministerial de acompanhamento do Acordo de Parceria Público Privada para a construção do novo Porto de Tíbar.

-
- No âmbito do programa de melhoria da qualidade dos serviços do MPIE, a eficiência da administração, aprovisionamento e gestão patrimonial foi assegurada.
 - Garantiu-se um quadro variado, adaptável e adequado às necessidades do MPIE, com a prestação de serviços de funcionários públicos, assessores e técnicos.
 - Foi assegurado o apoio técnico-jurídico aos serviços e unidades na dependência direta do MPIE.
 - Foi garantida a legalidade de contratos através da avaliação dos riscos dos mesmos, visando garantir a segurança jurídica da Administração.
 - Foi assegurado o apoio jurídico, bem como a preparação do contraditório em diversas ações de fiscalização sucessiva da Câmara de Contas a organismos na dependência direta do MPIE.
 - Serviços de avaliação dos procedimentos internos, ação disciplinar, auditoria, fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos administrativos afetos ao MPIE assegurados.

IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONEXÃO DE TIMOR-LESTE PARA TRANSPORTE DE DADOS DIGITAIS ATRAVÉS DE UM CABO SUBMARINO DE FIBRA ÓPTICA

Implementação do sistema submarino de cabo de fibra ótica, das redes e das instalações terrestres, para ligar Timor-Leste a pontos regionais de trânsito de Internet.

Ações realizadas

- Apresentação do projeto de ligação de Timor-Leste através de cabo submarino de fibra ótica em Conselho de Ministros.
- Participação no grupo de trabalho de conectividade digital estratégica, nomeadamente em atividades relacionadas com a preparação e desenvolvimento de um sistema submarino de cabo de fibra ótica e instalações associadas.
- Extensão do acordo entre o Governo de Timor-Leste e a companhia *Vocus* para assegurar a possibilidade de conexão de Timor-Leste através do NW Cable System.
- Participação em reunião sobre “*The High Level Technical Requirement*”, em Darwin – Austrália, entre os dias 24 a 26 de Julho de 2019.



- Realização de reunião técnica entre o representante do Governo Australiano, a companhia *Vocus* e o MPIE, sobre a futura instalação do projeto FEED, em Díli, nos dias 21 e 22 de Novembro de 2019.



- Realização de reunião técnica entre o representante do Governo Australiano, a companhia *Vocus* e o MPIE, sobre o projeto FEED, em Dili, nos dias 3 e 4 de fevereiro 2020.



- Realização de estudo/pesquisa (*survey*) aos possíveis locais para a recepção do cabo submarino de fibra ótica e instalações necessárias para o efeito. Realização de reuniões com as entidades relevantes, tais como a Secretaria de Estado das Terras e Propriedades e a Secretaria de Estado do Ambiente, nos dias 10 e 11 de Fevereiro de 2020.



- Realização de reunião com as autoridades locais do município de Covalima - Suai, sobre o local de recepção do cabo submarino de fibra ótica e futuras instalações do projeto, no dia 12 de Fevereiro de 2020.



PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CNA - COMISSÃO NACIONAL DE APROVISIONAMENTO

PROCESSOS DE APROVISIONAMENTO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Serviços da CNA reforçados, com qualidade de infraestruturas, equipamentos e profissionais qualificados.

Resultados obtidos

- 16 projetos de Linhas Ministeriais cujo processo de aprovisionamento foi concluído em 2019 e cujos contratos foram assinados pelos donos dos projetos e pelos vencedores, nomeadamente ao nível de abastecimento de água, da construção edifício do Tribunal Distrital de Díli, fornecimento de viaturas a instituições do Estado, da construção de estradas, de abastecimento de combustível para as centrais elétricas e reabilitação de edifícios.
- 15 projetos de reabilitação de estradas no âmbito do programa R4D (Road for Development).
- Realização de alterações a mais de 200 contratos (prorrogação de tempo - variation orders), alterações nas informações da conta bancária do contratado.
- Foi assegurado o funcionamento dos serviços da CNA na área de finanças, administração, TI e logística.
- Avaliação técnica de projetos relativos ao fornecimento de combustível para a Eletricidade de Timor-Leste (EDTL), de serviços de consultoria para estudo técnico e projeto de engenharia detalhado para o bloco 5 e o bloco 6 do Porto de Díli, de atualização da largura de banda de Internet de 200 Mbps para 1 GB, do estudo de viabilidade de RTTL E.P e Tatoli I.P, de serviços de consultoria para o projeto de revisão e preparação do projeto de engenharia detalhado da secção II da autoestrada Suai - Beaço, de licitações para o projeto de construção de instalações no aeroporto de Suai - Projeto Tasi Mane - Vila Holbelis e de fornecimento de equipamentos de coleta e operações de aterro para gestão de resíduos sólidos em Díli.
- Elaboração de documentos de licitação para o projeto de renovação de licença do novo Ministério das Finanças.
- Conclusão dos processos de pré-qualificação para projetos de construção de aterro sanitário e gestão de resíduos sólidos em Díli.
- Conclusão dos processos de aquisição dos projetos da reabilitação da subestação elétrica de Liquiça para fornecimento de energia ao Porto da Baía de Tibar, de Impressão de livros para planos de sessão, planos de aula e relatórios escolares e para a construção da ligação entre a estrada Dili - Liquiça e a estrada de acesso ao Porto da Baía de Tibar.
- Preparação da estratégia de aprovisionamento de projetos para o

desenvolvimento de Timor-Leste no âmbito dos projetos da reabilitação e manutenção da estrada Aituto - Gleno e da resiliência climática das estradas, do fortalecimento e transformação do Ensino Básico e do sistema de abastecimento de água e saneamento.

- Preparação do contrato de serviços de consultoria da transação e apoio à preparação dos documentos de licitação para o estudo de viabilidade de Parceria Público-Privada e processo de aprovisionamento do Centro de Diagnóstico (setor da saúde).
- Concluído o processo de aprovisionamento e contrato encaminhado para o Ministério das Obras Públicas dos projetos de reabilitação de estradas rurais nos municípios de Baucau e Covalima.
- Dez contratos emitidos para projetos de emergência para resolução de problemas resultantes das inundações de 13 de março de 2020.
- Foi elaborado um contrato para fornecimento de arroz branco vietnamita a Timor-Leste (o contrato foi enviado ao serviço responsável pelo projeto para assinatura).
- Realização de mais de 50 alterações contratuais, principalmente de prorrogação de tempo, com base em solicitações dos proprietários do projeto.

FORMAÇÃO SOBRE APROVISIONAMENTO AOS OFICIAIS E ASSISTENTES DE APROVISIONAMENTO DAS LINHAS MINISTERIAIS (LM), AUTORIDADES MUNICIPAIS E ZEESM.

Formação sobre leis, regras e procedimentos para aprovisionamento de bens, obras e serviços de consultoria em vigor em Timor-Leste, na Concursos Competitivos Nacionais (NCB), para os departamentos de aprovisionamento das Linhas Ministeriais e autoridades municipais.

Os pontos focais de aprovisionamento das Linhas Ministeriais fortaleceram os seus conhecimentos, especialmente no que respeita à finalização de documentos de concurso, bem como em processos de avaliação técnica e financeira (ex. fazer correção aritmética).

Participaram na formação a Secretaria de Estado dos Veteranos, o Parlamento Nacional, o Ministério dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional, a AIFAESA, o Ministério da Administração Estatal, o Ministério da Educação, Juventude e Desporto, o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, o Museu Nacional, a UNTL, a Secretaria da Juventude e do Desporto e o Instituto Nacional de Segurança Social.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ADN - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

INSPEÇÃO, VERIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PROJETOS

Garantir a implementação dos projetos com qualidade

Os técnicos da ADN, através da Direção de Edificação, efetuaram a monitorização e inspeção no terreno aos projetos de PDIM, LM e FI.

Os técnicos da ADN, através da Direção de Verificação, fizeram o levantamento no terreno a fim de produzir desenhos e BoQs, bem como verificar os Termos de Referência (ToR) desenho, BoQ e especificações técnicas submetidas pelas Linhas Ministeriais.

Resultados obtidos em 2018

- Inspeção e verificação de 25 projetos de eletricidade, 13 projetos de estradas e pontes e 33 projetos de edificação, implementados em todo o território.
- A Unidade de Tecnologia e Informação (TIC) realizou a monitorização e verificação da implementação do projeto *National Connectivity Project/NCP 5*, nos 13 municípios.
- Realização de reuniões regulares com companhias que apresentavam problemas, conforme o resultado da verificação e inspeção no terreno.



-
- Participação em diversas reuniões com as entidades relevantes em matéria de implementação dos projetos de 2018, bem como nas reuniões do CAFI.
 - Pagamento, na totalidade, de 40 projetos de Linhas Ministeriais sob a tutela da ADN, conforme os relatórios de inspeção e verificação realizados pelos técnicos.
 - Realização de 81 pedidos para pagamento de projetos de FI, entre os quais 79 foram pagos, bem como pagamento de 4 projetos de Linhas Ministeriais (LM).

Resultados obtidos em 2019

- Os Serviços de Verificação verificaram os documentos (*ToR*, desenho e *BQQ*) de um total de 323 projetos, composto por: 79 projetos de FI, 138 projetos de Linhas Ministeriais (LM), 96 projetos de PDIM e 10 *ToR*, com o montante total orçamental de 180,854,022.58 USD submetido pelas Linhas Ministeriais. Depois da verificação, o valor final desceu para 165,457,757.96 USD, resultando numa poupança de 20,396,264.62 USD para o Estado.
- Os Serviços de Edificação procederam à inspeção e verificação de: 138 projetos de PDIM implementados no terreno, tendo estes sido recomendados para pagamento com o valor total de 4,223,568.04 USD; 31 projetos do Fundo de Infraestruturas (FI) no terreno, tendo estes sido recomendados para pagamento com o valor total de 3,184,799.06 USD; 103 projetos de Linhas Ministeriais (LM), tendo estes sido recomendados para pagamento com o valor total de 6,881,763.72 USD.
- Os Serviços de Tecnologia e Informação, em cooperação com Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério dos Transportes e Telecomunicações e o Ministério das Finanças, realizaram a verificação do projeto GRP (*Government Resource Planing - MdF*), bem como inspeção a diversos projetos tais como: projeto para *upgrade* de internet de 100 para 200 Mbps, projeto de conectividade nacional 6, projeto *National Backbone Fiber Connection* e projeto *GPP Freebalance 2019*.
- A Direção de Pontes e Estradas procedeu à inspeção e verificação de: 4 projetos de PDIM, recomendados para pagamento no valor total de 111,434.72 USD, sendo que 2 projetos não foram recomendados com valor total 53,208.53 USD; 12 projetos da SEFOPE, recomendados para pagamento no valor total de 520,074.64 USD; 179 projetos do Fundo de Infraestruturas (FI), dos quais 172 projetos foram recomendados para pagamento no valor total de 106,271,654.86 USD, 7 projetos foram devolvidos no valor total de 15,870,432.58 USD; 79 projetos de R4D-ILO, dos quais



75 projetos foram recomendados para pagamento no valor total 3,166,106.32 USD e 4 projetos não foram recomendados com o total orçamento 159,343.59 USD; 79 projetos LOANS foram recomendados para pagamento no valor total de 53,902,538.65 USD e 6 projetos não foram recomendados com o montante total de 1,481,825.25 USD.

- A Direção de Eletricidade realizou 40 inspeções e fiscalizações no terreno, e 48 companhias foram inspecionadas e verificadas, tendo ainda participado em reuniões interministeriais entre o Ministério das Obras Públicas, o Ministério das Finanças e a ADN, e em reuniões regulares com o MOPTC/EDTL.

Resultados obtidos em 2020

- A Direção de Pontes e Estradas efetuou a fiscalização e monitorização da implementação de projetos de PDIM no terreno, tendo recomendado para pagamento 3 projetos de PDIM com o valor total 98,557.50 USD.
- A Direção de Verificação efetuou o levantamento de dados no terreno para a produção de desenhos e BOQs; verificou 26 documentos submetidos pelos donos de projetos num montante total de cerca de 24,264,382.36 USD, composto por 10 projetos de infraestruturas, 14 de projetos de Linhas Ministeriais, 2 Termos de Referência (ToR), sendo que, após a verificação, o valor foi re-

duzido para 21,794,188.97 USD, resultando numa poupança de 2,470,193.39 USD.

- A Direção de Eletricidade efetuou 23 monitorizações no terreno e monitorizou 15 projetos; supervisionou e recolheu informações relativas aos projetos referentes a inundações com carácter de urgência; participou em diversas reuniões técnicas, tais como: reuniões do CAFI, reuniões interministeriais entre MOP, MoF e ADN, reuniões com as companhias que tiveram problemas com a implementação projetos no terreno e reuniões internas da ADN.
- A Direção de Edificação realizou monitorizações e inspeções no terreno, identificando e recomendando para pagamento vários projetos, dos quais: 17 projetos de Linhas Ministeriais (LM) no valor de 678,597.62 USD, e 1 projeto do Fundo de Infraestruturas (FI), com o valor 9,246.49 USD.
- A Direção de Edificação efetuou a fiscalização e monitorização da implementação de projetos de PDIM no terreno, tendo recomendado para pagamento e 28 projetos de PDIM com o valor total de 824,826.39 USD.
- A Direção de Eletricidade monitorizou e fiscalizou 15 projetos de eletricidade.
- A Direção de Edificação realizou monitorizações e inspeções no terreno, identificando e recomendando para pagamento vários

projetos, dos quais: 28 projetos de PDIM, 17 projetos de Linhas Ministeriais (LM) e 1 projeto do Fundo de Infraestruturas (FI).

- A Direção de Pontes e Estradas realizou monitorizações e inspeções no terreno, identificando e recomendando para pagamento vários projetos, dos quais: 17 projetos do Fundo de Infraestruturas, dos quais 10 foram recomendados para pagamento; 12 projetos de R4D, 17 projetos de Fundo Infraestruturas de Empréstimos, 6 projetos de Linhas Ministeriais (LM).

FORMAÇÕES, WORKSHOPS E REUNIÕES

Reforçar a instituição e manter um funcionamento eficiente e eficaz

- Realização de uma visita de estudo à Indonésia.
- Realização de um levantamento de dados nos municípios para a finalização da política de Preço Unitário (Unit Price), bem como realização de consultas com entidades relevantes.
- Recrutamento de funcionários, bem como realização de várias formações e reuniões.
- Realização de um levantamento de dados para a elaboração da política de Preço Unitário, por 2 técnicos da ADN, durante uma semana em Surabaia e em Jacarta, na Indonésia.



- Realização de um levantamento de dados sobre os materiais locais e o salário mínimo dos trabalhadores na construção civil para a elaboração da política de Preço Unitário, por uma equipa de técnicos da ADN que se deslocou aos 12 municípios, incluindo a RAEOA - Oecússi, durante 9 dias.
- Realização de um seminário sobre a consulta do esboço de Preço Unitário (Unit Price) com todas as entidades relevantes na matéria; realização de 10 consultas com instituições do Governo, no dia 12 de Julho de 2019, e de 20 consultas com o setor privado, no dia 9 de Setembro de 2019. O livro de preço unitário encontra-se finalizado e pronto para ser publicado.
- Um funcionário participou em formação na área de liderança na ASEAN, na Universidade Wellington, na Nova Zelândia, durante um mês.
- 14 funcionários (5 mulheres e 9 homens) receberam formação sobre Financial Risk Management e Financial Control Management, em Bali, na Indonésia, de 16 a 27 de Setembro de 2019.
- Um funcionário participou no evento ASEAN Pacific Social Protection Week, realizado pelo ADB em Manila, nas Filipinas, de 9 a 12 de Setembro de 2019.
- Finalização de 23 novos contratos de Bens e Serviços e de 26 novos contratos de Projetos de Linhas Ministeriais (LM); extensão de 7 contratos de Bens e Serviços e alteração de 10 contratos de Projetos de Linhas Ministeriais (LM).
- A Direção de Administração e Finanças processou um total de 117 CVPs, dos quais 53 referentes a Bens e Serviços e 64 referentes a Capital de Desenvolvimento.
- Fornecimento de combustível aos veículos da ADN, bem como gestão e distribuição de materiais de escritório a todos os departamentos e direções.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO SGP – SECRETARIADO DOS GRANDES PROJETOS

APOIO AO CAFI

O Governo criou o Conselho de Administração do Fundo das Infraestruturas (CAFI) como o órgão executivo com a autoridade sobre o processo decisório para todas as matérias relacionadas com os projetos do FI, incluindo planeamento, orçamentação e execução dos fundos, bem como o fornecimento do guia político para as agências executivas ou para as LMs. Conforme o Decreto-Lei 13/2016, o FI é gerido pelos membros do Governo que são responsáveis pelo planeamento e investimento estratégico, finanças, obras públicas, transportes e comunicações.

O SGP coordena as reuniões do CAFI ao longo do ano, que têm como objetivo fornecer um ponto de situação acerca do progresso que cada projeto financiado pelo FI atingiu, bem como discutir e resolver vários assuntos que surgiram durante a implementação dos projetos.

Os passos abaixo descrevem o código de conduta das reuniões do CAFI:

1. Todos os problemas ou todas as questões levantadas pelas Linhas Ministeriais (LMs) têm de ser registados pelo SGP;
2. O SGP conduzirá as reuniões de pré-CAFI, que são as reuniões técnicas com as LMs relevantes, ADN, e CNA, para discutir as questões técnicas relacionadas com as propostas/projetos, a disponibilidade de orçamento,

as eventuais questões jurídicas e recomendará as questões para serem discutidas pelos membros do CAFI;

3. O SGP preparará a agenda do CAFI e organizará as reuniões, registando todas as decisões tomadas durante as mesmas;
4. As minutas ou as atas das reuniões do CAFI serão preparadas pelo SGP e assinadas pelos membros do CAFI antes da execução das decisões.

Resultados obtidos

- 18 reuniões do CAFI (9 extraordinárias e 9 ordinárias) foram realizadas durante 2018-2020, incluindo 4 reuniões em 2018 (3 extraordinárias e 1 ordinárias), 8 reuniões em 2019 (4 extraordinárias e 4 ordinárias), 6 reuniões em 2020 (2 extraordinárias e 4 ordinárias). Vários assuntos e problemas foram discutidos e deliberados. As atas de CAFI foram lavradas e aprovadas, e algumas decisões foram executadas, sendo que algumas delas ainda se encontram em execução este ano.
- 4 reuniões Pré-CAFI foram organizadas durante 2018-2020. Durante estas reuniões, houve vários assuntos e problemas em relação à implementação dos projetos do FI que foram discutidos antes da reunião do CAFI.



PLANEAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO DE PROJETOS (ESTUDO DE VIABILIDADE E AVALIAÇÃO DE PROJETOS PARA 2018 - 2020)

O planeamento e a orçamentação de projetos deve ser realizado para priorizar o investimento em projetos de infraestruturas a ser considerados para obter financiamento através do FI; existem duas ferramentas políticas fundamentais para os projetos do FI relacionados com o planeamento e preparação dos projetos a implementar depois de aprovação. O estudo de viabilidade (EV) é a primeira ferramenta para fornecer a informação técnica e financeira, que serve como a base para os decisores na justificação do impacto e da elevada prioridade para financiar as propostas dos projetos.



O segundo instrumento é a avaliação de projetos que auxilia na identificação das prioridades de investimento com base em análises de custos e benefícios, e outros fatores. O obje-



Etapas de Preparação e Planeamento com Guião de EV e Avaliação



tivo principal da avaliação de projetos é identificar os benefícios mais importantes, avaliar a prontidão das propostas com base na análise de multi-critérios e, por fim, classificar as propostas submetidas com base em o impacto sócioeconómico, e a prontidão para financiar e implementar.

Durante o período de 2018 a 2020, o MPS finalizou a Diretriz FS, o fluxo de trabalho da IF iniciou projetos piloto de FS e conduziu o Workshop em 5 de março de 2020 para apresentar os resultados que se tornam os padrões do projeto em nível nacional.

Para avaliação do projeto, em julho de 2019, o SGP resumiu todas as propostas de Linhas Ministeriais e Instituições Governamentais recebidas em 2018 e 2019 e apresentou ao CAFI o Relatório de Avaliação de Projetos para 2020.

ESTUDO DE VIABILIDADE

Em 2019, o CAFI por meio do SGP implementa o Guião de EV através alguns projetos piloto para examinar a eficácia do Guião. Os projetos são os seguintes:

- EV do desenvolvimento de recursos hídricos superficiais para abastecimento de água na área de metropolitana de Díli;
- Pré-EV do projeto de desenvolvimento de recursos hídricos subterrâneos para abastecimento de água na área de metropolitana de Díli;

- EV do edifício do RTTL;
- Conceito e EV do edifício do PN;
- Conceito e EV do parque industrial em Maubara;
- Conceito e EV do programa de centro de treinamento; e
- EV do Sistema de Terminal de Autocarro em Díli (Hera e Manleuana)

Os dois projetos iniciais já arrancaram e estão a andar bem em analisar a melhor opção para um determinado problema. Enquanto os três projetos, estão na fase de preparação de conceito de projetos sobre os seus TdRs para o EV. O resultado do EV será utilizado para avaliar o guião do EV e o planeamento de projetos para o orçamento de 2020. Com base no resultado, o governo deve apoiar e aprovar o padrão nacional do EV em Timor-Leste para o ano fiscal de 2020.

AVALIAÇÃO DE PROJETO

A avaliação de projetos tem como objetivo de priorizar e selecionar as melhores opções de investimentos com base em metodologia que considere a contribuição ao PED, à viabilidade economia, à prontidão de projeto para o financiamento. Há dois elementos chave para avaliar:

- Importância de desenvolvimento;
- Prontidão para o financiamento.

Para o efeito da preparação do orçamento de estado para 2020, o CAFI e o SGP enviaram duas cartas em 1 de março de 2019, N.º 55/CA/III/2019 e N.º 61/SGP/III/2019, para pedir a

submissão das novas propostas até 15 de abril de 2019 para obterem o orçamento do FI.

O procedimento da avaliação de projetos, incluindo a submissão e a análise das novas propostas para receber o financiamento do FI é uma parte integral do processo da orçamentação do estado. Em 2018-2019, o SGP tinha recebido 190 propostas para a avaliação e as propostas vieram de 12 municípios; Baucau, Covalima, Manufahi, Díli, Lautém, Bobonaro, Viqueque, Manatuto, Ainaro, Liquiçá e Ermera com um orçamento total de 1,042 bilhões de dólares.

Em 2019, 159 propostas dos projetos foram submetidos para o SGP. Estas

propostas são do Ministério da Justiça - 4, Ministério de Agricultura e Pescas - 2, Ministério das Obras Públicas - 108, Gabinete da Procuradoria Geral (PGR) - 3, Ministério dos Transportes e Comunicações - 5, Ministério da Educação - 10, Ministério da Administração Estatal - 16, ANATL - 3, Museu e Arquivo de Resistência de Timor-Leste - 1, SERVE - 1 e SEPFOPE - 1.

Em 2018, existiram 32 propostas das LMs e agências do Governo submetidas para o SGP. Portanto, o orçamento total para estas propostas é 450,7 milhões de dólares, incluindo 104,5 milhões de dólares para 2020 e 89,9 milhões de dólares para 2021.

Tabela: Avaliação das Propostas dos Projetos para 2020

Sector/Tipo de Projeto	2018	2019	Avaliação	Total
Educação	3	10	1	13
Justiça	1	7	0	8
Turismo	0	1	1	1
Agricultura	0	2	0	2
Edifícios Públicos	3	21	1	24
Água e Saneamento	7	0	0	7
Controlo de Cheias	0	7	0	7
Proteção de Estradas	0	6	0	6
Estradas Nacionais	0	10	9	10
Estradas em Municípios	0	22	14	22
Estradas Urbanas	0	12	3	12
Manutenção	0	23	0	23
Desenho e Supervisão	0	11	0	11
Pontes	0	17	1	17
Transportes	0	2	0	2
Portes	8	0	0	8
Aeroportos	6	3	0	9
Tecnologia de Informação	0	4	1	4
Outros	4	1	1	5
TOTAL	32	159	32	191

Em março de 2020, o Fundo de Infraestrutura solicitou às Linhas Ministeriais

e aos Órgãos Governamentais que apresentassem iniciativas para este ano e o próximo exercício financeiro (2020 e 2021) que podem ser financiados pelo FI:

- (1) Novos projetos de investimento estratégico, e
- (2) Novas propostas para a preparação do Estudo de Viabilidade.

DESENVOLVIMENTO DE BASE DE DADOS DE SIG

Enquanto entidade envolvida no planeamento e execução do orçamento de projetos de infraestruturas, o FI tem também a responsabilidade de desenvolver a base de dados com todos os projetos de infraestruturas financiados pelo FI, bem como um sistema de documentação para todos os relatórios de execução relativamente a desembolsos de orçamento do FI. A base de dados e o sistema de documentação são muito importantes para o uso presente e o futuro, nas áreas de planeamento, monitorização, assim como para efeitos de fiscalização por parte de outras agências governamentais e sistema jurídico em Timor-Leste. O FI tem vindo a desenvolver, ainda, um sistema interno para acompanhar o processo de pagamentos dentro do SGP.

A Base de Dados de todos os projetos do FI, financiada pelo FI durante 2011 - 2018, está a ser desenvolvida e tem como objetivo providenciar informações como a localização e custos de projetos. O outro sistema de base de dados relacional no formato de Geographical Information System,

ou seja, Sistema de Informação Geográfica (GIS - SIG), pode ser muito útil para os seguintes propósitos:

- SIG sistema de informação - para todos os projetos financiados pelo FI.
- Base de Dados de Desenvolvimento - ferramenta de futuro planeamento.
- Utilizar o SIG para avaliar as aptidões de locais.
- Utilizar o SIG para acompanhar o progresso o desenvolvimento de infraestruturas.

Ações realizadas

- Compilação das informações de todos os projetos do FI, no formato de Excel.
- Visitas ao terreno conduzidas para recolher as informações geográficas dos projetos do FI.
- Conversão das informações para o formato espacial de dados.
- Desenvolvimento da estrutura do Manual de Gestão de Dados Espaciais do FI.
- Desenvolvimento de metadados no formato de dados espaciais do FI.

Resultados obtidos

- Os dados espaciais foram criados a partir das atividades das visitas

ao terreno e organizados na Base de Dados de Geoespacial.

- Produção dos mapas para apresentar as localização e distribuição dos projetos FI.
- Produção dos relatórios das visitas ao terreno a 3 sítios.
- Os seguintes mapas, figuras e fotos mostram os resultados das atividades executadas para o desenvolvimento da Base de Dados Espacial do FI.

MONITORIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO PARA 2018 - 2020

Além dos documentos de pagamentos arquivados com segurança, o SGP tem também os seus próprios sistemas que foram desenvolvidos pelo Departamento do TI do SGP para monitorizar e acompanhar os documentos de pagamentos submetidos ao SGP. Estes sistemas informáticos permitem ao SGP a busca e identificação dos documentos necessários, e o seu acesso imediato para confirmação com os pagamentos submetidos, providenciando ainda informações que podem ser incorporadas nos relatórios trimestrais e anuais do FI.

Ações realizadas

- Preparação do relatório anual sobre a execução do FI.

- Preparação do relatório sobre a execução orçamental dos projetos do FI.
- Declaração orçamental sobre a disponibilidade de orçamento de projetos do FI (requisito da Câmara de Contas, processo de aprovisionamento).
- Participação na discussão no Parlamento Nacional, sobre a auditoria da execução do orçamento e preparação de notas e justificações para o CAFI relativamente a vários assuntos e questões.
- Coordenação com a UPMA no registo de todos os projetos do FI no sistema "DALAN ba FUTURU".

Resultados obtidos

- Preparação, finalização e distribuição do relatório do FI
- Monitorização de pagamento recebidos pelo SGP e posterior processamento para o Banco Central de Timor-Leste.
- Todos os projetos listados no Livro do Orçamento 3ª, que foram aprovados pelo PN já estão registados no sistema "DALAN BA FUTURU".
- Realização do backup de dados.

ORÇAMENTO DO ESTADO E EXECUÇÃO PARA 2018 - 2020

Uma das funções do SGP é garantir a execução do orçamento do FI ao longo do ano financeiro. Então, para assegurar a execução orçamental durante 2018 - 2020, o SGP está a trabalhar intensivamente com a ADN, as Linhas Ministeriais e a CNA através de verificações e recolhas de informações sobre os progressos dos projetos financiados pelo FI.

Como resultado da implementação dos programas e projetos do FI desde 2011 até o final de 20120, um montante total de US \$ 4,77 bilhões foi aprovado e alocado para financiar os programas do FI, incluindo parceria público-privada e empréstimos externos. O orçamento foi desembolsado com a taxa média anual de 63%, apresentada na tabela.

Estes planeamento e preparação resultaram uma elaboração dos 2 livros orçamentais que já foram entregues para o MdF como uma parte do Orçamento do Estado para 2020.

Em 2019, o orçamento promulgado para as carteiras do FI totalizava mais de 276.9 milhões de dólares, e para o programa de empréstimos era cerca de 87 milhões de dólares. Logo, o orçamento total alocado para o FI era mais de 367 milhões de dólares.

Em 2018, o orçamento promulgado para as carteiras do FI totalizava mais de 331 milhões de dólares, e para o programa de empréstimos era cerca de 61.6 milhões de dólares. Logo, o orçamento total alocado para o FI era mais de 386 milhões de dólares. Durante o ano fiscal de 2018, a FI prepara o orçamento para 2018 e 2019, quase ao mesmo tempo. A pre-

Tabela: Resumo do orçamento alocado e taxa de desembolso durante 2011 - 2020

Ano	Orçamento (\$ milhão)	Despesas (\$ milhão)	Execução (%)
2011	599.31	474.43	79
2012	875.13	376.09	43
2013	604.38	210.96	35
2014	368.55	310.70	84
2015	317.30	239.81	76
2016	784.47	549.64	70
2017	325.62	231.95	71
2018	386.01	331.23	86
2019	367.54	276.90	75
2020 (Jan-Maio)	147.32	29.38	20
TOTAL	4,774.85	3,026.58	63

paração de 2018, o orçamento foi focado apenas nos projetos existentes. Como resultado, o FI prepara o orçamento e apresentou o resultado da preparação do orçamento como parte do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018. As figuras a seguir mostram o livro de orçamento 3-A que cobre o portfólio do FI.

Ações realizadas

- Colaboração com o Ministério das Finanças para estabelecer os projetos do FI aprovados para o Sistema de GRP.
- Receção e registo de todos os documentos submetidos pelas LMs e ADN.
- Coordenação com as Linhas Ministeriais, ADN e CNA para acelerar os processos de pagamento.
- A equipa e os pontos focais do SGP prepararam todos os documentos comprovativos e verificaram-nos dentro dos prazos estipulados, garantindo que todos os documentos são válidos para proceder aos pagamentos.
- Processamento dos pagamentos de todos os documentos de pagamentos que foram registados no SGP (CPVs, PRs, PRTs, EVs, TPOs, POs, checks etc.).
- Concessão de autorização ao Banco Central para a transferência dos fundos para a conta bancária dos empreiteiros, e demais pagamentos de taxas e pagamentos de segurança social.



